

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 12, N. 1, jan./jun. 2013



Clas. 75321 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.12 n.1
jan./jun. 2013 ex. 2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos


- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessam pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

R. 5321

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: www.aab.org.br

The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: www.aab.org.br

Editor responsável/General Editor

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Editor técnico/Technical Editor

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

Conselho Editorial/Editorial Board

Prof. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon, Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Dr^a. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa
Prof. Dr^a Luciana Durantí, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)
Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins
Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ
Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)
Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

Conselho Consultivo/Consultant Committee

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília
Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)
Prof. Dr^a Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina
Prof. Dr^a Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr^a. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Dr^a. Maria Leandra Bizelo, UNESP
Prof. Dr^a. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do Governo do Estado da Bahia
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

PER

en. 2

FOCO E ESCOPO

Arquivo & Administração é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções:

Artigos - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

Depoimentos - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

Notas de Pesquisa - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

Dissertações e Teses - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

Resenhas - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

FOCUS AND SCOPE

Arquivo & Administração is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e.mail: aab@aab.org.br

The **Arquivo & Administração** journal has several different sections:

Articles – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

Testimonials – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

Research – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

Dissertations and theses – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

Book reviews – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).

NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes normas editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em e-mail.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em *Foco e escopo*. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e

português (no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifique na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13).

Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada *et al.*, grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA *et al.*, 1985);

f) Notas de rodapé

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

g) Tabelas, gráficos e figuras

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

h) Títulos mencionados no texto

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

i) Lista de referências

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

RULES FOR SUBMISSIONS

Overseas authors are invited to contribute to the journal.

The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.

- 1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).*
- 2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.*
- 3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).*
- 4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.*
- 5. No photographs will be published.*
- 6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.*

SUMÁRIO

- EDITORIAL 3 *Lucia Maria Velloso de Oliveira*
- ARTIGOS 5 Facilitando a geração de arquivos na era do Facebook
Christopher J. Prom
- 21 Políticas arquivísticas institucionais
Caroline Lopes Durce
Renato Tarciso Barbosa de Sousa
- 35 Os arquivos científicos e a legislação espanhola da ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação
Maria José Justo
- 43 Ferramentas Web ao serviço do património documental dos Arquivos Distritais Portugueses
Sofia Margarida de Castro Barros
Correia dos Santos

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

ARQUIVO NACIONAL
Reg. No 75324
23 / 03 / 2017
Biblioteca

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) . - Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.

Semestral.
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo- Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD: 025.171

EDITORIAL

O primeiro número da revista Arquivo & Administração, de 2013, apresenta aos seus leitores quatro artigos com temáticas relevantes na agenda arquivística: os arquivos e as redes sociais, as políticas institucionais de arquivos, o acesso à informação e ferramentas web. Iniciamos com a tradução de uma conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado de 18 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio das agências de fomento CNPQ, CAPES e FAPERJ, além das instituições públicas Fundação Casa de Rui Barbosa, Casa de Oswaldo Cruz e Arquivo Nacional. O texto original, em inglês, foi publicado no livro Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. O artigo, de autoria do doutor em História Christopher J. Prom, arquivista e professor associado de Administração de Bibliotecas da Universidade de Illinois (EUA), com o título Facilitating the generation of archives in the Facebook Era, foi traduzido pela doutora e arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Maria Celina Soares Mello e Silva.

O segundo artigo, Políticas Arquivísticas Institucionais, de autoria do doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, professor assistente do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, e de Caroline Lopes Durce, discorre sobre o conceito de políticas arquivísticas institucionais, bem como pontua os requisitos necessários à sua implementação.

A questão do acesso à informação é apresentada no artigo Os arquivos científicos e a Legislação espanhola da Ciência: seus limites de acesso aos documentos e aos resultados da investigação, onde a autora, a doutora e diretora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) Maria José Justo, analisa a legislação espanhola considerando a natureza dos arquivos de ciência.

Concluimos esta edição com o artigo, Ferramentas web ao serviço do património documental dos arquivos distritais portugueses, de autoria da doutora Sofia Margarida de Castro Barros Correia dos Santos, arquivista e responsável pelo Serviço Educativo/Extensão Cultural do Arquivo Regional da Madeira (Portugal).

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista Arquivo & Administração é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

SJÖBLOM, Gunnar. Problemi e soluzioni in politica. In: **Rivista Italiana de Scienza Politica**. XIV, n. 1, p. 41-85, abr. 1984.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUZA, Celina Maria de. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jun./dez., 2006.

UMEDA, Guilherme Mirage; TRINDADE, Christiane Coutex. Possíveis definições para as políticas empresariais: um estudo bibliográfico. In: SEMAD, 7., São Paulo, Fea- USP, 2003. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/>>. Acesso em: 29 out. 2012.

VÁZQUEZ, Manuel. **Hacia una política archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. 20p. (Scripta, 8).

OS ARQUIVOS CIENTÍFICOS E A LEGISLAÇÃO ESPANHOLA DA CIÊNCIA: SEUS LIMITES DE ACESSO AOS DOCUMENTOS E AOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Maria José Justo⁴⁹

1 Introdução

No presente momento, Espanha, assim como outros países, preocupa-se pela democratização do acesso à informação.

Esta informação, de carácter científico e tecnológico, será regulamentada por várias leis, tais como a *Ley 14/2011 de la ciencia, tecnología e innovación*, o *Real Decreto 99/2011, de 28 de janeiro*, que regulamenta o ensino oficial do Doutorado e a *Ley de 2/2011, de 4 de marzo, de Economía Sostenible*.

Estas leis regulam o acesso livre e pretendem garantir o acesso dos cidadãos às publicações científicas, sobretudo aquelas realizadas com fundos públicos, ainda que haja limitações em relação às investigações onde existam convênios de confidencialidade ou geração de patentes.

Dito isto, passaremos a definir o que na Espanha se entende por Arquivos científicos, destacando aqueles que são exclusivos e os que formam um fundo documental dentro de outros arquivos.

2 Arquivos Científicos. Definição. Espanha

Os arquivos científicos são, em realidade, fundos documentais produzidos por pessoas individuais ou por coletivos, que contêm os trabalhos e seus resultados.

Assim, podemos dizer que em todos os arquivos existem fundos de carácter científico.

Outra particularidade é que podemos encontrar estes fundos não somente em Arquivos, mas também em Museus e Bibliotecas.

Na Espanha existem dois importantes fundos de carácter científico, o do arquivo do Museo Nacional de Ciencia y Tecnología e os fundos documentais do Centro Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).

⁴⁹ Doutora e Directora do Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

O primeiro reúne uma interessante coleção que ajuda a compreender a evolução tecnológica na Espanha.

Os fundos documentais do Centro Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) estão dedicados quase que exclusivamente à ciência e à pesquisa. Conservam, pois, os projetos de trabalhos, coletivos ou individuais, e os resultados dos mesmos. Contêm as seguintes bases de dados: ICYT, ISOC e IME, que albergam a produção científica publicada na Espanha desde os anos 70.

O CSIC pode ajudar o pesquisador das seguintes maneiras:

- Proteger os resultados mediante:
 - patentes;
 - modelo de utilidade;
 - registros de variedades vegetais;
 - registro de programas de computador.
- Colaboração com uma empresa interessada em:
 - apresentar propostas conjuntas;
 - desenvolver pesquisa por contrato;
 - receber serviços tecnológicos.

Outros fundos documentais de carácter científico, existentes em Arquivos Municipais, são os expedientes de projetos de obras, que contêm a memória do projeto, o orçamento, as autorizações legais para executar uma determinada obra, a licitação para executá-la, a concessão da mesma ao construtor e, por fim, o documento final que é a entrega da obra.

Quando estas obras requerem uma “autorización de Patrimonio” para poder efetuar uma reabilitação, no caso de edificios históricos ou situados em uma zona monumental ou cidade com proteção, necessita-se, além da autorização, verificar se elas se ajustam à zona e o estudo de um ou vários projetos.

É importante conhecer e dar a conhecer tanto o estudo como o concurso público com as características necessárias para um ou outro edificio a ser tratado.

Em princípio há que salvaguardar a autoria do arquiteto, pois sabemos que a propriedade intelectual é um direito moral que não se extingue nem com os prazos que determine a lei de “Propiedad Intelectual”.

Outro fundo importante é o do Centro Nacional de Datos Polares do Archivo Polar Español. A função principal do arquivo polar é o arquivo, custódia e difusão, mediante bases de dados, da informação polar existente.⁵⁰

A importância da difusão dos resultados derivados das investigações científicas na Antártica, manifestou-se dentro do *Sistema del Tratado Antártico (ATCM)* com a inclusão, em 1985, da *Recomendación XIII-5* ao Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR) de estabelecer mecanismos de fácil acessibilidade a estes dados, destinados a uma melhor proteção do meio ambiente antártico. Existe, além disso, um comitê de coordenação de dados antárticos.

Em 1992 o SCAR-COMNAP, na reunião do SCAR, estabelece um grupo especial para gerenciar os dados antárticos. Estes centros, ademais de promover o processo de formação dos cientistas, são responsáveis pelo controle dos registros de metadados.

A entrega dos dados é objeto de estudo para que a informação possa ser utilizada no futuro. O Centro Nacional de Datos Polares (CNDP) e o investigador principal estudam conjuntamente a maneira mais adequada para a entrega dos dados, conforme suas diferentes temáticas e tendo em conta a complexidade que pode surgir desta situação, ou seja, a investigação na Antártida.

Distinguem-se os dados adquiridos em contínuo, que são os obtidos nas plataformas antárticas espanholas (Espanha possui, atualmente, as plataformas *BAEs Juan Carlos I* e *Gabriel de Castilla* e a *BIOs Hespérides y Las Palmas*) e os dados obtidos com instrumentação ou sensores.

Ao finalizar a campanha, no prazo máximo de três meses, os dados serão enviados pelo investigador ao CNDP, informando se o dado é ou não restrito. Este carácter restrito ou não vai ser determinante na disponibilidade do enlace, permitindo o acesso aos dados.

O período de carência ou não informação será de no máximo quatro anos a partir da geração do metadado. Se alguns tipos de dados necessitam mais tempo de carência o investigador deverá informar ao CNDP.

A solicitação de acesso aos dados será mediante requerimento.

Outro arquivo, pertencente ao campo da Astrofísica, é o Archivo de Datos Científicos del Gran Telescopio Canarias (GTC). A responsabilidade deste arquivo de dados é do Laboratorio de Astrofísica Estelar y Exoplanetas (LAEX), subordinado ao Instituto de Técnica Aeroespacial (INTA) e ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC).

Os projetos de pesquisa que se beneficiarão desde telescópio (GTC) cobrem os campos mais importantes da Astrofísica atual, desde os planetas solares até a exploração do Universo. Ao longo de sua vida ele observará milhares de objetos, esta informação constitui um legado único e ocasiona a formação de sistemas de arquivo para garantir uma exploração adequada.

⁵⁰ ESPAÑA. Ministerio de Educación. Instituto Geológico y Minero de España. Centro Nacional de Datos Polares. Archivo Polar Español. *Protocolo de remisión, almacenamiento y difusión de datos antárticos en España.*

Os artigos astronômicos são uma ferramenta de pesquisa de grande importância que refletem sobre o uso da comunidade científica.

Foi desenvolvida a infraestrutura que exige este Centro de Dados Científico. Há que destacar que o arquivo de GTC é de livre acesso aos pesquisadores, educadores e público em geral, depois de transcorrido um ano, que é o tempo fixado como período de privacidade.

Outro arquivo importante é o da Agencia Estatal de Meteorología (AEMET), que abrange o legado das instituições que o precedeu, como o Banco Nacional de Datos Climáticos, e conserva séries históricas de Registros Climáticos de mais de 150 anos de antiguidade.

Ao longo do século XVIII começou a ser organizado na Espanha a obtenção de dados relacionados com o clima, por ser importantes para a navegação marítima e a agricultura.

Em 1805, em San Fernando (Cádiz), foi coletada no seu Observatorio Astronómico uma precipitação mensal de 1251/m2.

Inicialmente o arquivo era de documentos em papel com informação manuscrita das observações. Hoje, naturalmente, a informação está microfilmada e digitalizada, sendo uma ferramenta indispensável para o monitoramento do clima.

Este registro de dados se obtém a partir de 66 Observatórios. O acesso é livre e permite realizar estudos das tendências nas precipitações desde o início do século XX.

Encontramos outro fundo documental importante no Archivo General de Palacio ou Archivo de Palacio simplesmente. É o da Real Botica e seus documentos estão dispersos em várias Seções do Arquivo. São muito interessantes os livros de Farmácia, com as matrizes das receitas que cotidianamente eram subministradas à Casa Real. Como curiosidade, através deste fundo descobrimos que no século XVII a Alquimia era praticada por alguns dos boticários ou empregados da botica, por exemplo, Roque de la Torre.

3 Lei da Ciência, Tecnologia e Inovação (Ley de la Ciencia, Tecnología e Innovación)

Esta Lei destaca a transferência e difusão dos resultados da atividade investigativa, desenvolvimento e inovação e cultura científica, tecnológica e inovadora.

Por isso, o seu artigo 35, intitulado *Valorización y transferencia del conocimiento*, indica às Administrações públicas, no âmbito de suas respectivas competências, que formentem a valorização, a proteção e transferência do conhecimento, com o objetivo de que os resultados da investigação sejam transferidos à sociedade. Teremos que acrescentar aqui o setor empresarial, com as entidades de pesquisa para o desenvolvimento de objetivos mercadológicos, mas baseados nos resultados da pesquisa.

Esta Lei igualmente diz que a valorização deve ser entendida como a apreciação do conhecimento obtido através do processo de pesquisa, e que alcance e aproxime todos os processos, financiados com fundos públicos, a todos os setores.

No seu artigo 37, que trata do acesso aberto, uma das novidades da lei é a disposição que regulamenta a publicação no acesso aberto, que dispõe que todos os pesquisadores, cuja atividade tenha sido financiada majoritariamente com os *Presupuestos Generales del Estado*, são obrigados a publicar no acesso aberto uma versão digital da versão final dos conteúdos que foram aceitos para a publicação em publicações seriadas ou periódicas, dentro do prazo máximo de 12 meses a partir da data oficial de publicação, embora, é preciso dizer, não há mecanismos de controle.

Esta Lei também fala da *Internacionalización del Sistema Español de Ciencia, Tecnología e Innovación*. Haverá um sistema de monitoramento com a finalidade de garantir que as aportações da Espanha aos Organismos Internacionais tenham um impacto técnico-científico.

Além disso, as disposições da *Ley de Protección de Datos*, de carácter pessoal, aplica-se ao tratamento e transferência de dados derivados dentro do que dispõe esta Lei.

4 Ley de Economía Sostenible

Esta Lei, datada em 5 de março de 2011, um pouco anterior à *Ley de la Ciencia*, fala da transferência dos resultados da atividade investigativa e ressalta a titularidade e carácter patrimonial dos resultados desta atividade (Art.54), assim como o direito a solicitar os títulos de propriedade industrial e intelectual para sua proteção.

As disposições do artigo 53 desta Lei, relativas ao âmbito de aplicação, declaram que são aplicáveis aos Organismos públicos de pesquisas, às Universidades públicas, às fundações do setor público estatal, às sociedades mercantis e a outros centros de investigação dependentes da Administração Geral do Estado. Se aplicam ao resultado das atividades de pesquisa. Afeta, pois, ao grupo de pesquisadores de todas essas entidades, independente da vinculação jurídica.

Seu artigo 55 fala das transferências de direitos a terceiros e sobre os resultados da atividade investigativa. Estes direitos podem referir-se à transferência de titularidade de uma patente ou de concessão de licença de exploração da mesma, ou de contratos relativos à propriedade intelectual.

Além disso, o artigo 57 fala da difusão da propriedade industrial. De modo que a Oficina Española de Patentes y Marcas adotará as medidas necessárias para agilizar e simplificar os títulos de propriedade industrial.

5 Real Decreto 99/2011, de 28 de Janeiro, que regula o ensino oficial de doutorado

Este Real Decreto sinaliza no seu artigo 14 que uma vez aprovada a tese de doutorado, a Universidade se ocupará que de esta seja guardada em formato eletrônico aberto no repositório institucional e remeterá um exemplar ao Ministério da Educação (*Ministerio de Educación*).

Também estabelece que em circunstâncias excepcionais determinadas pela comissão académica do programa, como a participação de empresas, a existência de convênios de confidencialidade ou a geração de patentes, as Universidades habilitarão procedimentos que assegurem que não haja publicidade.

Do mesmo modo, a Comissão Europeia (*Comisión Europea*) tende a promover políticas de acesso aberto que tenham por objetivo garantir que os resultados das pesquisas financiadas por ela estejam a disposição da população de forma gratuita, uma vez que o acesso aberto é considerado uma fórmula para melhorar o retorno em pesquisa e desenvolvimento (I+D)

Assim, a Universidade de Santiago de Compostela (USC) cria o repositório Minerva, repositório institucional que albergará o material científico, de difusão e institucional.

Para seu funcionamento foi criada a Comissão do Repositório (*Comisión del Repositorio*) presidida pelo Vice-reitor de Pesquisa. Formam parte desta Comissão a direção da Biblioteca Universitaria (BUSC), a direção do Arquivo Histórico Universitario (AHUS), a área TIC, o Servicio de Publicaciones e a direção do Centro de Tecnologías del Aprendizaje.

Este repositório está organizado em comunidades e subcomunidades. A estrutura básica é a seguinte:

BUSC,
I+D+I
Docência e inovação educativa,
AHUS,
Institucional.

As condições e critérios para depositar conteúdos serão os seguintes:

- Que a titularidade seja da Universidade ou que exista consentimento dos titulares para sua difusão.
- Que os conteúdos sejam originais dos autores.
- Que os conteúdos sejam de natureza exclusivamente académica, docente ou científica.

- Que não sejam ofensivos à dignidade das pessoas.
- Que não violem a Constituição ou ordenamento jurídico.

6 Conclusões

Podemos notar uma espécie de luta entre o processo de pesquisa, os resultados da mesma e a transferência para a Comunidade. As instituições (Universidades por exemplo), têm a missão de velar pela transmissão de conhecimento para a sociedade da qual formam parte.

O marco legal é indispensável para que tenhamos segurança e ao mesmo tempo flexibilidade para poder transmitir o conhecimento. Assim, a *Lei de Patentes*, que são aquelas invenções suscetíveis de proteção, tanto como modelos de utilidade como de proteção como desenhos industriais, chocam em alguns momentos com a importância da transmissão de informação à sociedade.

REFERÊNCIAS

ABADAL, Ernest. **Acesso abierto a la ciencia**. Barcelona: UOC, 2012. n° 5.

AEMET. Agencia estatal de Meteorología.

BERLIN Declaration on open accesito knowleledge in the sciences and humanities (2003). Disponível em: <<http://www.zim.mpg.de/openaccess-berlin/berlindeclaration.htm>>.

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS (C.S.I.C.)

C.S.I.C. Centro de Astrobiología. Gran Telescopio Canarias

ESPAÑA. **Ley 2 /2011, de 4 de marzo, de Economía Sostenible**. BOE, n° 55 de 5 de marzo de 2011.

_____. **Ley 14/2011, de 1 de junio, de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación**. BOE, n° 131 de 2 de junio de 2011.

_____. **Ministerio de Educación y Ciencia**. Instituto Geológico y Minero de España. Centro Nacional de Datos Polares. Archivo Polar Español.

_____. **Real decreto de las enseñanzas oficiales de doctorado**. BOE, n° 35, 10 de febrero de 2011.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA (USC). **Reglamento do Repositorio Minerva da USC aprobado por Consello de Gobierno de 22 de decembro de 2011**.

VIVES I GRACIA, Josep. Aspectos de propiedad intelectual en la creación y gestión de repositorios institucionales. **El profesional de la información**, v.14, n. 4, p.267-278, 2005.